

## **Estratégias de canonização nas letras\***

*Heidrun Krieger Olinto*  
PUC-Rio

Na esfera da cultura existem processos de preservação que emprestam a certos fenômenos contornos que resistem por tempo variável, às vezes de longuíssima duração, a mudanças. Entre eles destacam-se procedimentos de canonização e censura. De certo modo correlatos, sempre tiveram papel particular na esfera da literatura. Questões de tradição, transformação e inovação, intimamente ligadas aos fenômenos referidos, situam processos literários como momentos, seja de oscilação, seja de cristalização momentânea ou constante, e esboçam histórias alternadas e alternativas, ao sabor dos tipos de institucionalização que estes processos sofrem, orientando seus passos enquanto formas de canonização e censura.

Se não entendemos por arte o repertório de objetos socialmente disponíveis e considerados obras artísticas, mas o sistema social formado por atividades concretas que objetivam, segundo o teórico alemão de literatura Siegfried J. Schmidt, a produção, a transmissão, a recepção e a elaboração crítica dessas entidades em contextos sociais de complexidade diversa, falar em cânone corresponderia a uma análise de *ações* de canonização, seja em relação a obras, seja em relação a regras.<sup>1</sup>

Uma distinção útil refere-se a aspectos histórico-culturais e sistemático-epistemológicos. Nesse sentido, interessa investigar, por um lado, a formação e a transformação histórica de componentes de um cânone — tais como regras ou soluções exemplares — e, por outro, indagar como e onde funcionam cânones enquanto moldura cognitiva, regra e convenção, ou enquanto norma de valor.

Todos os sistemas artísticos possuem cânones que definem as condições de ação do ponto de vista histórico e sistemático. Em sistemas modernos observamos, via de regra, diversos cânones coexistentes, entre eles cânones *históricos* relativos ao que se tornou *clássico*, ou seja, socializado e internalizado como bem cultural de valor praticamente indiscutível, e cânones *atuais* que se estabilizam, pelo menos provisoriamente, via consenso entre os interessados, isto é, produtores, transmissores, críticos e analistas — excluindo-se desse processo geralmente “meros receptores” —, e que são discerníveis, de forma aberta ou tácita, por sua relação com cânones históricos e critérios estéticos vigentes, também eles explicitados ou não. Esses cânones, de algum modo, tornam visível quem considera o quê inovador, relevante e/ou atual com respeito à função da arte, à relação com a realidade e a sociedade, ao gênero, à temática, à orientação formal e normativa.

Inevitável reverso de processos de canonização são os processos de censura que abrangem uma tipologia de ações referentes ao papel dos censores, à intenção, à legitimidade e às conseqüências da ação de censura; ao grau de institucionalização, explicitação, publicidade e criticabilidade e, ainda, ao grau de internalização da censura em forma de auto-censura. Esses tipos de censura permitem reconhecer um número assustadoramente grande de variações em sua relação com cânones. Entre elas, a censura normativa sinaliza um modo especial de rigidez ao cristalizar determinado *status quo* canônico.

De maneira geral, sistemas artísticos modernos, desde o início do século, tendem a ocultar processos de canonização e censura atrás de uma ideologia explícita de liberdade pela afirmação da autonomia artística, por exemplo, pelo estatuto ficcional e através de pleitos e programas constantes de antinormatividade. Os gestos sintomáticos das vanguardas acentuam, neste sentido, uma recusa permanente de cânones sob a bandeira da inovação. Mas, apesar de todos esses postulados de acanonicidade, que Schmidt chama de “canonifobia”, ele credita às vanguardas componentes canônicos permanentes, entre os quais destaca a própria dinamização incessante do sistema artístico pelo postulado da inovação; a internacionalização da linguagem da arte; o estilo como manifesto da subjetividade e a fé na sincronicidade de transformações estéticas e políticas.<sup>2</sup>

No que diz respeito à situação atual, o diagnóstico de Schmidt acena com indícios de uma mudança paradigmática social e cultural ampla e completa.<sup>3</sup> Na cultura pós-moderna inexistem movimentos vanguardistas, porque não há alguém que queira ocupar, convicto, os lugares da ordem e da tradição. O consenso cultural, além do mais, está dissoluto ou, pelo

menos, invisível. Em contraposição, a arte do presente pode sinalizar uma superação do princípio dicotômico tradicional da dialética de canonização e censura pela fragmentação do cânone e pela pluralização de cânones. O que, nos dois casos, torna a censura normativa inoperante ou irrelevante, excluindo-a do repertório de estratégias acionais no sistema artístico. Em suas formas epistemológicas, no entanto, cânones são insubstituíveis como molduras, convenções e normas constitutivas de sentido.

A intenção das reflexões que se seguem pode ser entendida como espécie de estudo de caso de processos e efeitos de canonização numa esfera institucional. O exemplo escolhido refere-se ao papel das publicações decenais *Introduction to scholarship*, da Modern Language Association (MLA), que, a título de orientação normativa, oferece, desde 1938, aos estudiosos na área das Letras, um mapa do estado da arte da profissão.

Uma das tarefas da MLA expressa-se pela avaliação de continuidades e de rupturas nos estudos da literatura, bem como nas formas de sua escrita e sua historiografia nos Estados Unidos. Segundo Jonathan Beck, em suas notas recentes sobre o que chama, de modo irônico, de *MLA Hit Parade*, essa missão transformou-se numa guerra cultural entre “diversidade” e “tradição”.<sup>4</sup> As estatísticas relativas a 1981 e 1992 impressionam. Apenas 3%, ou seja, 43 dos livros indicados no início da década passada, sobreviveram na listagem de 1428 obras que compõem a parada de sucessos no início dos anos 90. Beck relaciona esses dados com a obsolescência do próprio nome do campo, “Estudos da linguagem e da literatura”, diante da emergência dos Estudos Culturais que revitalizaram e transformaram a teoria da literatura nos últimos anos. Nessa situação cabe, certamente, uma revisão da ação cultural da MLA na tentativa de salvaguardar — ou não — um guarda-

chuva que possa abranger o que ela gosta de chamar *The profession*. A profissão, com artigo definido — o que pode, afinal, ainda definir e representar?

Uma retrospectiva das cinco ocasiões em que a Associação, desde 1938, tentou redesenhar o mapa dos estudos acadêmicos neste campo a partir da publicação de uma *Introduction to Scholarship*, mostra certas obviedades, tais como a constatação das “expansões intrépidas e exuberantes em novas áreas”.<sup>5</sup> Seu registro, no entanto, vale uma reflexão quando tornado visível pela indicação bibliográfica de 1428 livros — sete vezes maior em comparação à década anterior — recomendados como leitura introdutória e complementar aos estudos da literatura. Se vincularmos esses dados, ainda, com perguntas aparentemente simples sobre o significado da composição desse tipo de hit parade, supostamente como orientação inicial, e com perguntas sobre seus produtores, seus modos e suas intenções, e sobre os compradores e suas razões, estaremos diante de um panorama de questões complexas e embaraçosas relativas aos cânones vigentes na teoria da literatura. As observações conclusivas de Jonathan Beck são contundentes. Sua chave para entender a nova cartografia da MLA abre espaço para discutirmos questões de poder (a política de citação), de intercâmbio (a economia das publicações acadêmicas), de ansiedade (a psicologia do reflexo diante da explosão e do excesso de informação), de planejamento estratégico (a sociologia da cultura autorizada).

Enquanto que, em 1938, às vésperas da 2ª Guerra Mundial, a publicação, um documento programático de apenas cinco páginas, se apresentava com o título “The aims of literary studies” e se dirigia aos membros da profissão como espécie de auto-definição e carta de intenções associando abertamente literatura e política (“It is of the outmost importance to clarify for the members

of the profession and others the important service which the study of literature can render individuals in a democratic state”), uma década depois, a publicação, do tamanho de ensaio, “The aims, methods, and materials of research in the modern languages and literatures”, enfatizava, então, a complexidade dos estudos literários, acentuando o rigor, encorajando a discussão. Outra novidade: a partir de 1970, passa a ser dirigida, em primeiro lugar, aos estudantes, e é na edição subsequente que surgem seções bibliográficas como espécie de guia — ou seja, cânone — numa disciplina que já não fazia jus à metáfora agrária de “campo” diante da consciência emergente e crescente de que os estudos literários estavam se encaminhando de modo irreversível em direção a complexidades e diversidades “*bewildering*”, o que comprometia a coerência da disciplina, naquele momento às voltas com a interdependência entre estudos da literatura e escolas lingüísticas e seus diversos campos aplicativos.<sup>6</sup>

De qualquer modo, um olhar sobre a cartografia dos anos 90 confirma, sem sombra de dúvida, que unidade e coerência são qualidades definitivamente fora de questão — e de moda — nas atividades dos estudiosos em torno de um fenômeno ainda chamado de literatura. Os 1428 títulos listados na nova *Introduction to scholarship*, a título de sugestão para leituras complementares aos 15 artigos que compõem a coletânea, representam uma prova contundente de que se trata de um requisito obsoleto, mas de que é legítima a pergunta de espanto: de onde surgiram todas essas novas 1215 obras citadas entre 1981 e 1992? A resposta de Beck é associada ao resultado de uma pesquisa publicada em 1992 pelo Chicago Tribune. Ainda que os dados reportados não sejam específicos para a área das Letras, eles exercem, ou deveriam exercer, efeito devastador sobre a sensibilidade mediana de qualquer estudioso. Professores universitários americanos produziram, num espaço

de dois anos, aproximadamente, um milhão de artigos e 300 mil livros, o que perfaz uma média diária de 410 livros e 1370 artigos, a maior parte presumidamente publicada pelas 3277 revistas e séries listadas no Directory of Periodicals, da MLA. A Library of Congress recebe, por dia, 31000 publicações novas, entre livros, revistas e jornais, mas, por motivos óbvios, tornou-se seletiva. Guarda apenas 7000. Se articularmos essas informações com uma observação — jocosa ou não — feita por um colega das ciências naturais, teremos uma curiosa espécie de mapa mundi intelectual. Segundo os cálculos projetados por este para o ano 2000 e tanto, toda a área terrestre do globo estaria coberta com papers de física, atingindo uma espessura de oito pés. Nas humanidades as coisas seriam menos espetaculares, mas não muito.<sup>7</sup>

Essas estatísticas, em nossa área, evidentemente não possuem rigor comparável ao de outros espaços científicos. No entanto, assim mesmo, oferecem uma ilustração inquietante do caos provocado pelo acúmulo excessivo e intransparente de saberes que deveriam organizar-se em formas ordenadas quando, internalizadas, passam a fazer parte de nosso repertório de conhecimento, em princípio como um dos indicadores de nossa competência intelectual e profissional, afiançada e reconhecida pelos pares.

Outra questão interessante levantada por Beck nesse *hit parade* para medir a temperatura dos compromissos de uma Introdução aos Estudos da Literatura e o clima da comunidade científica envolvida relaciona-se com as 20 obras mais citadas pelos 15 co-autores da versão de 92. Em suma, aos *Top Twenty* que, supostamente, formam, por assim dizer, o cânone restrito mínimo, de caráter impositivo, para os que pretendem ingressar na profissão, pelo menos nos Estados Unidos. As que encabeçam a lista de múltiplas citações são, em ordem

decescente: *The political unconscious*, de Fredric Jameson, *Grammatologie*, de Derrida, *Professing literature*, de Gerald Graff, *Literary theory*, de Terry Eagleton. A massa das citações remanescentes — 1122 obras — são citações únicas. Uma análise de quem cita quem, entre auto-citações e citações recíprocas, revela que 80% dos autores citam obras de si próprios, que não são citadas pelos demais, e 60% citam publicações dos colaboradores-colegas da mesma Introduction. Dados que não necessitam de grandes comentários porque são auto-evidentes para os jogos e as guerras políticas no interior da academia.

Nesse sentido vale mencionar certos conselhos para os que militam nesses espaços e que foram publicados na seção “Letters” da conceituada revista *Physics Today*, em abril do ano passado, com o título convidativo de “Cite this letter!”.<sup>8</sup> O missivista Norbert Untersteiner, professor da Universidade de Washington, em Seattle, sugere certos procedimentos diante do declínio do valor atribuído à quantidade de publicações como medida principal de avaliação de mérito para fins promocionais na carreira acadêmica, medida justificada perante o excesso de revistas e *papers* impressos e a crescente porcentagem do material apenas lido pelos *referees* antes de ser enviado para o caminho natural do esquecimento. Para dar mais sentido às publicações de um cientista recorre-se hoje frequentemente ao *Citation Index*, uma publicação destinada a auxiliar na determinação do mérito baseado antes no valor qualitativo do que na quantidade de publicações. O autor da carta oferece, então, meia dúzia de regras básicas que deveriam governar nossas práticas de citação e nosso reconhecimento dos outros militantes da área. O tom irônico não ofusca — e nem o pretendia — o caráter melancólico das condutas sugeridas. Eis algumas:

- Devemos lembrar, em primeiro lugar, que o propósito

principal de qualquer publicação inclui a possibilidade de citar o autor e que o melhor caminho de ser citado é citar outras pessoas, mesmo que sua obra seja banal.

- Disso se segue que é de pouco valor fazer referência a qualquer pessoa que não possa retribuí-la. Com poucas exceções, essa condição elimina automaticamente mortos e aposentados, independente do que possam ter feito por nós.
- Outro aspecto a ser levado em consideração refere-se ao fato de que as pessoas lêem textos não para entender como são brilhantes os seus autores; ao contrário, para comprovar como é brilhante o seu leitor. Se, portanto, fizermos o favor a um autor de ler o seu *paper*, o mínimo, que esperamos dele é que cite o nosso próprio trabalho.
- A lista de referências devia mostrar a amplitude da sua própria erudição e do seu conhecimento específico. Assim, é de bom tom acrescentar às referências necessárias ao tópico imediato uma série de citações de campos aparentemente sem relação, como a paleoetnomusicologia, quando o seu trabalho versa sobre microbiologia.<sup>9</sup> E por aí vai.

Respeitadas as devidas diferenças e descontadas as sugestões excessivamente hilariantes, fica uma sensação de desalento quando refletimos sobre os estranhos cruzamentos entre saber e poder que afetam aqueles que se arrogam o direito de impor um repertório canonizado de forma dúbia, e de temas que, por força das circunstâncias, passam a operar como moldura cognitiva para as nossas próprias produções que julgamos criativas. “Sugestões para Leituras Complementares”, quando anexadas a publicações como a *Introduction to scholarship*, editada pela MLA, uma autêntica organização de estilo *World-wide-web* e, portanto, de alcance inestimável, têm nessa

função seu papel mais visível e eficiente. Não apenas, portanto, como síntese atualizada das perspectivas e das transformações mais significativas da área, mas também, e talvez sobretudo, como guia bibliográfico através de uma proliferação incontrolável de obras, assumindo, nessa posição, a qualidade de instância “authoritative, authorized”, como diria Beck, para orientar os estudos no terreno da literatura.<sup>10</sup>

Ao jovem *scholar* desta área escapa, talvez, ou muito provavelmente, o peso da economia política dos fatores que moldam sua vida acadêmica em termos de ensino e estrutura curricular, quando diligentemente debruçado sobre seus estudos. É bem provável que, nessa situação, necessitasse de critérios que pudessem orientar suas escolhas, face ao crescimento exponencial de um conjunto de textos que superestima sua capacidade de discernir. Ao intelectual da casa, por assim dizer, não se perdoa a ignorância no que diz respeito às implicações do mercado simbólico e material da academia. Mas querer vê-lo, hoje, transformado em construtor de mapas transparentes, excede, em muito, sua competência e sua capacidade, além de sinalizar ingenuidade de quem o cobra.

Se, nos anos 70, dominar um campo, para alguns, ainda podia significar conhecer quase tudo o que se escrevia a respeito, para Beck essa suposição significava uma das duas alternativas: um campo demasiado estreito para ser de grande interesse, ou uma boa porção de blefe. Ironicamente, ele refere-se a certos casos “excepcionais” que continuam cultivando um enciclopedismo impossível, tais como Harold Bloom, que se gabava diante de Chris Goodrich, autor de um artigo com o sugestivo título “The bloom factory”, de que era capaz de ler, com proveito, em torno de 500 páginas por hora. No entanto, um estudioso comum que tivesse tido a intenção de ler todos os 1428 textos arrolados no apêndice da última edição da *Intro-*

*duction* “would still be reading by the time the next decennial revision appeared”.<sup>11</sup>

Mesmo assim, confissões de coração aberto na academia, assumindo-se a incapacidade de saber acompanhar com algum discernimento a proliferação incontrolável da produção intelectual, não são fáceis para os integrantes da casa e, muitas vezes, chegam ao limiar de comprometer a reputação. E, quando feitas, geralmente o são por quem se sabe acima de qualquer suspeita. Para os demais, haverá para sempre os livros e os artigos que precisam ser lidos, ainda que não se saiba ao certo o porquê.

Quando Althusser, homenageado como um dos magos da decifração da obra de Marx, confessava em público nunca ter lido *O Capital* na íntegra, essa confissão pode ter significado um alívio de insuportáveis tensões para outros intelectuais, mas na boca de um homem enfermo, como gesto de autoflagelação, soava dolorosamente triste e anunciava uma despedida melancólica da cena intelectual que não inspirava desprezo pela incapacidade espiritual e moral, mas compaixão pela vergonha que massacrava um dos intelectuais mais inspirados.

Em todo caso, uma reflexão renovada e corajosa deveria motivar debates saudáveis acerca de um fenômeno que abrange todas as comunidades científicas, permitindo — diante de uma situação de crescente intransparência — construir um lugar adequado para o intelectual competente. Não creio que as novas hipercomplexidades devam ter como consequência atitudes de desalento e resignação. Por certo, não cabe ao intelectual o romântico e ambíguo papel de “luz na escuridão” e “porta-voz dos perplexos”, mas cabe a ele, hoje mais do que nunca, assumir uma função que, de modo indubitável, liga suas atividades, em grande parte financiadas por verbas públicas, com questões urgentes e emergentes de seu tempo. Sem

pretensão de devolver à sociedade um mapa perdido, mas de motivar, em caráter permanente, discussões em torno de propostas de como lidar com o difícil multicomplexismo atual.

Deveria ser inquestionável que, desse processo, faça parte, também, o conhecimento desse — ainda nosso — mundo. Ou melhor, uma construção de sentido, nem que seja provisória e reversível. E disso faz parte, obviamente, o dever de se tentar ler e interpretar os múltiplos sentidos que se esboçam a seu respeito, sobre o pano de fundo de lentíssimos e aceleradíssimos processos coexistentes de canonização e censura e os casamentos confusos que estes celebram entre saber e poder. O que toca, de modo especial, a nossa área das Letras. Mas não só.

(\*) As reflexões que deram origem a este trabalho foram apresentadas, em parte, no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1996, sob o título “Cânones de Identidade Encoberta”.

## NOTAS

---

1. Siegfried J. Schmidt, “Abschied vom Kanon? Thesen zur Situation der gegenwärtigen Kunst”. In: Aleida e Jan Assmann (orgs.), *Kanon und Zensur*. München: Fink, 1987, pp. 336-347.
2. Idem *ibidem*, p. 339.
3. Idem *ibidem*, p. 342.
4. Jonathan Beck, “After New Literary History and Theory. Notes on the MLA Hit Parade and the Currencies of Academic Exchange”. In: *New Literary History*, v. 26, nº 3, 1995, pp. 697-709.
5. Idem *ibidem*, p. 697.
8. Norbert Untersteiner, “Cite this Letter!”. In: *Physics Today*, v 48, nº 4, 1995, pp. 15 e 109.
9. Idem *ibidem*, p. 109
10. Ver nota 4, p. 701
11. Idem *ibidem*, p. 704